

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO -
TCU**

CONCURSOS PÚBLICOS

CARGO:

ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

ÁREA:

CONTROLE EXTERNO

GRUPO I

Nas questões de **1 a 40**, marque: itens **CERTOS**, na coluna **I**;

itens **ERRADOS**, na coluna **II**.

Use, para as devidas marcações, a Folha de Rascunho e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

QUESTÃO 1

CONTABILIDADE

De acordo com a Resolução CFC n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, é considerado princípio de Contabilidade o princípio

- (1) da entidade.
- (2) da objetividade.
- (3) da oportunidade.
- (4) da materialidade.
- (5) do registro pelo valor original.

QUESTÃO 2

Na demonstração do resultado, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, o lucro ou prejuízo líquido do exercício é uma rubrica apresentada após

- (1) a participação de empregados.
- (2) os dividendos.
- (3) a constituição da reserva legal.
- (4) a participação de debêntures.
- (5) a participação de administradores.

QUESTÃO 3

Na apuração do lucro líquido ajustado, previsto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, para fins de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devem ser considerados

- (1) os valores de lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e os valores de lucros anteriormente registrados nessa reserva, que tenham sido realizados no exercício.
- (2) os valores destinados à constituição das reservas estatutárias e os valores relativos às reversões das mesmas reservas anteriormente constituídas.

- (3) os valores destinados à formação de reservas para contingências e a reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
- (4) os valores de retenção de lucros transferidos para as reservas de lucros, bem como aqueles revertidos das respectivas reservas.
- (5) os valores destinados à formação das reservas de capital e as suas correspondentes reversões.

QUESTÃO 4

Durante o mês de outubro de um determinado ano, uma empresa prestadora de serviços realizou as seguintes operações de receitas e despesas:

- dia 2 - pagamento de despesas de materiais de escritório,
- dia 3 - compra, a prazo, de peças para reparos, empregadas nos serviços prestados,
- dia 5 - recebimento de receita por serviços prestados,
- dia 15 - emissão de uma fatura por serviços prestados,
- dia 30 - pagamento de salários.

Julgue os itens a seguir, que apresentam os comandos relativos aos débitos e créditos adotados pelo contador da empresa, ao efetuar esses registros contábeis.

- (1) dia 2 - débito de Despesas de Materiais de Escritório e crédito de Caixa
- (2) dia 3 - débito de Despesas de Peças para Reparos e crédito de Contas a Pagar
- (3) dia 5 - débito de Caixa e crédito de Receitas de Serviços
- (4) dia 15 - débito de Receitas de Serviços e crédito de Contas a Receber
- (5) dia 30 - débito de Caixa e crédito de Despesas de Salários

QUESTÃO 5

Pertence ao conjunto de **contas do passivo** a conta denominada

- (1) Fornecedores.
- (2) Obrigações Fiscais.
- (3) Duplicatas a Receber.
- (4) Títulos a Pagar.
- (5) Benfeitorias em Propriedades de Terceiros.

QUESTÃO 6

A respeito do balanço financeiro elaborado por órgãos e entidades do serviço público brasileiro, julgue os itens abaixo.

- (1) A demonstração apresenta a receita e a despesa orçamentárias realizadas, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e com os que se transferem para o exercício seguinte.

- (2) Os saldos provenientes do exercício anterior (disponíveis) inscrevem-se na coluna das despesas.
- (3) Sob o título Restos a Pagar, classificado como despesa extra-orçamentária, será computado o total dos Restos a Pagar inscritos no exercício, para compensar a sua inclusão na despesa orçamentária.
- (4) Os totais da despesa orçamentária, apresentada conforme sua classificação econômica, serão incluídos na coluna das despesas.
- (5) Os Restos a Pagar que figuram como despesa extra-orçamentária referem-se a pagamentos no exercício, correspondentes a valores inscritos no exercício anterior.

QUESTÃO 7

Com relação aos registros contábeis que devem ser efetuados quando da ocorrência de eventos, por órgão ou entidade públicos, julgue os itens abaixo.

- (1) Pela constituição de Dívida Fundada, serão efetuados lançamentos em contas de todos os sistemas contábeis.
- (2) Pelo ajustamento do valor de Dívida Externa decorrente de elevação da taxa cambial, serão efetuados lançamentos somente em contas dos sistemas financeiro e patrimonial.
- (3) Quando do recolhimento do saldo de adiantamento anteriormente efetuado a servidor, no caso de o saldo ser diferente de zero, serão efetuados lançamentos somente em contas dos sistemas orçamentário e financeiro.
- (4) Quando da liquidação da despesa orçamentária relativa à aquisição de itens para o almoxarifado, serão efetuados lançamentos somente em contas dos sistemas financeiro e patrimonial.
- (5) Pela inscrição de despesa empenhada e não-liquidada em restos a pagar, serão efetuados lançamentos em contas de todos os sistemas contábeis.

QUESTÃO 8

Os dados abaixo foram extraídos da Demonstração das Variações Patrimoniais de um determinado órgão público.

Receitas de Capital	R\$ 160.500,00
Construção de Bens Imóveis	R\$ 53.600,00
Despesas Correntes	R\$ 258.900,00
Empréstimos Tomados	R\$ 45.800,00
Cancelamento de Dívidas Passivas	R\$ 23.000,00
Cobrança da Dívida Ativa	R\$ 53.400,00
Despesas de Capital	R\$ 87.300,00
Receitas Correntes	R\$ 302.700,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 15.200,00
Inscrição de Dívida Ativa	R\$ 32.100,00

Com base nos dados apresentados, julgue os itens que se seguem.

- (1) O total das Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária corresponde a R\$ 463.200,00.
- (2) O total das Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária corresponde a R\$ 53.400,00.
- (3) O total das Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária corresponde a R\$ 55.100,00.
- (4) O total das Mutações Patrimoniais Ativas corresponde a R\$ 107.000,00.
- (5) O valor correspondente ao Resultado Patrimonial corresponde a R\$ 111.300,00.

QUESTÃO 9

O Plano de Contas Único da Administração Federal

- (1) não mais possibilitou a elaboração dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, na forma da Lei n.º 4.320/64.
- (2) tem como uma de suas partes integrantes a Tabela de Eventos, que consiste em uma relação de ocorrências, às quais ficam vinculadas as contas que deverão ser sensibilizadas, quando do registro da operação.
- (3) tornou possível a utilização do SIAFI, até mesmo para empresas públicas que devem obediência aos ditames da Lei n.º 6.404/64.
- (4) possibilitou a individualização dos devedores e credores, com a especificação necessária ao controle contábil do direito ou da obrigação.
- (5) não foi implantado de modo a tornar exequível o pronto conhecimento dos custos dos serviços industriais.

QUESTÃO 10

A respeito da auditoria no setor público, julgue os itens abaixo.

- (1) O auditor deverá observar, sempre que possível, as técnicas específicas para a detecção de fraudes ou de erros culposos.
- (2) O auditor deverá, antes de iniciar a execução de seu trabalho, efetuar um exame preliminar do órgão (ou da entidade) a ser auditado(a), com o objetivo de obter os elementos necessários ao planejamento do seu trabalho.
- (3) O auditor deverá ter como objetivo primeiro de seu trabalho a busca de impropriedades ou de irregularidades, por meio da obtenção de evidências da ocorrência de tais fatos.
- (4) O auditor, antes de efetuar seu julgamento final a respeito de falhas, omissões e impropriedades encontradas, terá de avaliar fatores como frequência da incidência do achado, descumprimento de recomendações de auditorias anteriores e efetivos prejuízos ao erário público.
- (5) O auditor deverá apresentar, caso seja necessário, recomendações visando à correção de falhas verificadas durante seu exame.

QUESTÃO 11

DIREITO

Na Federação Brasileira,

- (1) cada Estado é soberano e autônomo, o que não ocorre com os Municípios.
- (2) os Estados se autoconstituem, possuindo poderes legislativo, executivo e judiciário próprios.
- (3) há a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na formulação da ordem jurídica central.
- (4) a forma de Estado só poderá ser alterada mediante plebiscito.
- (5) a forma de Estado é, em realidade, unitária.

QUESTÃO 12

Antes de assumir o cargo, o prefeito eleito de um município procurou um comerciante da cidade e exigiu-lhe determinada quantia em dinheiro para que, já no início do seu mandato, não decretasse a desapropriação do imóvel onde o comércio estava estabelecido. O comerciante recusou-se a pagar a quantia exigida, procurando, em seguida, o Ministério Público local. Tendo por base a doutrina e a legislação referente ao assunto, julgue os itens a seguir.

- (1) A conduta do prefeito eleito caracteriza o **crime de concussão**.
- (2) O crime não ficou caracterizado, já que, ao efetuar a exigência indevida, o agente ainda não ocupava a função pública.
- (3) O prefeito eleito responderá apenas por tentativa de crime, já que a entrega da quantia indevidamente exigida não se consumou.
- (4) Se o prefeito eleito tivesse exigido do comerciante o regular recolhimento de impostos em atraso, ameaçando-o com a desapropriação do imóvel em questão, a conduta caracterizaria o **crime de prevaricação**.
- (5) A conduta do prefeito eleito enquadrar-se-ia no mesmo tipo penal, inclusive com os mesmos limites de pena cominada, se, por ordem sua, a exigência indevida tivesse sido transmitida ao comerciante por um dos futuros secretários municipais.

QUESTÃO 13

O peculato

- (1) pode não estar caracterizado, conforme entendimento dominante, quando o funcionário se apropria de dinheiro público apenas com a finalidade de usá-lo.
- (2) pode ser imputado a partícipe que, para a lei penal, não seja funcionário público.
- (3) pressupõe a apropriação de um bem, não ficando caracterizado quando a conduta é de subtração.
- (4) não estará caracterizado, se o funcionário público demonstrar, simplesmente, que o bem apropriado não era público, mas, sim, particular.
- (5) tem como causa de aumento de pena o fato de o agente ser ocupante de cargo em comissão em sociedade de economia mista, cujo patrimônio seja lesado.

QUESTÃO 14

A Constituição atribui aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios uma parcela da arrecadação tributária da União, assim como, aos Municípios, uma parcela da arrecadação dos Estados. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- (1) Se a União instituir taxa não-prevista na Constituição – não-cumulativa e com base de cálculo e fato gerador diversos dos tributos ali disciplinados –, vinte por cento do produto da arrecadação pertencerão aos Estados e ao Distrito Federal.
- (2) Pertence ao Município de Tiradentes – MG – todo o produto da arrecadação do imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza, retido na fonte, incidente sobre os vencimentos dos servidores da administração direta municipal.
- (3) Pertence ao Estado da Bahia todo o produto da arrecadação do imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza, retido na fonte, incidente sobre os vencimentos dos servidores da administração direta estadual.

- (4) A União deverá entregar aos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quarenta e sete por cento do total nacional da arrecadação do imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza.
- (5) A Constituição, fundamentada no princípio do federalismo, não admite que a União imponha, como condição à entrega de recursos do fundo de participação a um Estado, que este efetue o pagamento de créditos de uma autarquia federal.

QUESTÃO 15

Objetivando garantir o cidadão contra as investidas estatais, a Constituição impôs limites à atuação das entidades públicas em matéria tributária. Com relação ao assunto, julgue os itens abaixo.

- (1) As leis de anistia ou remissão, em matéria fiscal, devem ser editadas no nível federal, qualquer que seja o tributo subjacente.
- (2) Os empréstimos compulsórios deverão ser instituídos, sempre, por meio de lei complementar.
- (3) A instituição de empréstimos compulsórios, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deverá submeter-se ao princípio da anterioridade tributária.
- (4) Nos termos da Constituição e em conformidade com o princípio da legalidade, qualquer majoração ou instituição de tributos deve vir veiculada em lei.
- (5) Existe a possibilidade de que a competência da União para instituir impostos não-discriminados na Constituição seja exercida por meio de lei ordinária.

QUESTÃO 16

Tendo por base a doutrina e a legislação referente ao **domínio público**, julgue os itens a seguir.

- (1) O mar territorial compreende uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de beira-mar dos litorais continental e insular brasileiro.
- (2) As águas do mar territorial brasileiro são públicas e de uso comum, inclusive para a **passagem inocente**. Sobre elas o Brasil exerce sua soberania.
- (3) A zona contígua estende-se por doze milhas além dos limites do mar territorial. Ultrapassada essa área – e até que se inicie a zona contígua de outras terras –, nenhuma nação exerce soberania ou qualquer domínio individual.
- (4) As jazidas minerais pertencem exclusivamente à União. O produto da lavra, contudo, pertence aos concessionários que as exploram, garantindo-se aos proprietários do solo a participação nos resultados.
- (5) A Constituição Federal atribui aos Estados o domínio exclusivo sobre os rios públicos, em detrimento dos demais entes da Federação.

QUESTÃO 17

De acordo com o Direito Administrativo, a personalidade jurídica de direito público é conferida a determinados entes, em razão do desempenho de função pública própria e típica. Diversamente, à entidade será atribuída personalidade jurídica de direito privado, em razão do desempenho de função pública atípica, delegada pelo Estado. Em relação a esse tema, julgue os seguintes itens.

- (1) A União é pessoa jurídica de direito público externo.
- (2) Os Estados e os Municípios são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (3) As sociedades de economia mista, ao contrário das empresas públicas, são pessoas jurídicas de direito privado.
- (4) As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (5) As autarquias e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

QUESTÃO 18

A seguridade social do servidor público civil é regulada pela Lei n.º 8.112/90. Com base nessa disciplina legal, julgue os itens que se seguem.

- (1) O auxílio-natalidade é devido à servidora pública por motivo de nascimento de filho, mas será devido, também, ao servidor do sexo masculino, se a parturiente – sua esposa ou companheira – não for servidora pública.
- (2) A pensão devida à filha de um servidor público falecido é temporária; somente na hipótese de invalidez, o pagamento da pensão prosseguirá após a beneficiária atingir vinte e um anos de idade.
- (3) A quantia paga a título de **pensão por morte** equivale, no início, ao montante dos proventos com os quais o servidor público era remunerado em vida. O reajustamento do benefício, contudo, dar-se-á nos percentuais e datas definidos para os demais aposentados e pensionistas da Previdência Social.
- (4) A família do servidor condenado só não terá direito ao auxílio-reclusão – enquanto perdurar o afastamento do servidor, por estar recolhido em estabelecimento prisional – na hipótese de a pena imposta, em sentença transitada em julgado, incluir a perda do cargo.
- (5) Não é devido o auxílio-funeral ao servidor em virtude do falecimento de algum de seus dependentes.

QUESTÃO 19

Tendo em vista a disciplina legislativa e as lições da doutrina jurídica acerca do **controle dos atos administrativos**, julgue os itens abaixo.

- (1) O Congresso Nacional pode, ouvido previamente o Tribunal de Contas da União, decretar a suspensão de ato normativo do Presidente da República que exorbite do poder regulamentar.
- (2) É inconcebível, lógica e juridicamente, a existência de **controle administrativo** de atos administrativos, haja vista a idealização de um controle pressupor que ele seja exercido por uma estrutura externa à fiscalizada.
- (3) A Constituição Federal admite a hipótese de **controle popular das contas públicas**, determinando que as contas do Município fiquem, anualmente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte.
- (4) O controle judiciário dos atos administrativos é exercido pelos órgãos do Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas da União.
- (5) A legalidade de todo e qualquer ato de concessão de aposentadoria, a servidores e a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é apreciada pelo Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 20

Julgue os itens seguintes, relativos às atribuições constitucionais do Poder Judiciário.

- (1) A Constituição Federal estabelece, como regra, a irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral. Somente cabe recurso, para outro Tribunal, das decisões daquela Corte denegatórias de *habeas corpus* ou de mandado de segurança e das que contrariem a Constituição.
- (2) A sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, será executada pela primeira instância da Justiça Estadual do domicílio do réu-executado.
- (3) Nos termos da Constituição, a atribuição de processar e julgar, originariamente, todos os mandados de injunção é privativa do Supremo Tribunal Federal, haja vista a incumbência desse órgão de conhecer as impugnações diretas contra atos e omissões do Congresso Nacional ou de suas Casas.
- (4) Os órgãos da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e os Juízes Estaduais – estes, nas demandas entre segurado e instituição federal de previdência social, sempre que a comarca não seja sede de Juízo Federal.
- (5) As ações rescisórias nem sempre são julgadas pelo órgão prolator da decisão transitada em julgado.

QUESTÃO 21

Tendo em vista a disciplina legal a respeito das nulidades, julgue os itens a seguir.

- (1) A alienação de um bem imóvel, praticada por um pródigo interditado, pode ser ratificada.
- (2) A simples execução voluntária de obrigação assumida mediante coação não importa renúncia às ações de que disponha o contratante para desconstituir o ato viciado.
- (3) Ao tomar conhecimento de uma fraude contra credores em um processo, o juiz deve pronunciar a nulidade, independentemente de pedido das partes.
- (4) Ao intervir em um processo em que lhe cabia officiar, o Ministério Público postulou ao juiz que pronunciasse a nulidade de um ato em que fora preterida solenidade considerada, pela lei, essencial à sua validade. O juiz afirmou a legitimidade do Ministério Público para suscitar a questão, mas deixou de reconhecer a nulidade, sob o fundamento de que a lei cominava sanção diversa à referida preterição.
- (5) A nulidade parcial de um ato não prejudica a parte válida, se esta for separável. Todavia, a nulidade da obrigação principal implicará, invariavelmente, a nulidade das obrigações acessórias, ainda que estas sejam, por natureza, apartáveis daquela.

QUESTÃO 22

O artigo 18 da Constituição preceitua que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- (1) Para que seja criado um novo Município, basta que a população local seja consultada, por meio de um plebiscito, e que, em seguida, a Câmara dos Vereadores da unidade cindida edite a lei que defina os limites territoriais do novo ente e o cronograma de sua emancipação.
- (2) A criação de um novo Estado, na Federação Brasileira, depende da aprovação de emenda à Constituição.
- (3) Um Estado pode desmembrar-se para criar um outro, mas não se admite o desmembramento de uma parcela do território de um Estado com o objetivo de ser anexada a outro.
- (4) A Constituição admite que dois Estados se incorporem a um terceiro.
- (5) Mesmo sendo originário de um Estado, o território que resultar de desmembramento será área da União.

QUESTÃO 23

Julgue os itens abaixo, relativos à vigência, à eficácia e à hierarquia das normas jurídicas no ordenamento jurídico brasileiro.

- (1) A posição hierárquica de uma norma é definida pelas regras constitucionais vigentes. Por essa razão, pode-se encontrar, hoje, decreto presidencial vigendo com força de lei, tendo sido recepcionado como tal pela Constituição superveniente.
- (2) As normas jurídicas devem ser editadas em conformidade com a Carta Política vigente. É certo, porém, que, sobrevivendo uma nova Constituição, a norma jurídica inferior, cuja origem seja formalmente incompatível com o novo processo legislativo, não será recepcionada.
- (3) Uma medida provisória só será eficaz quando for convertida em lei, o que deverá ocorrer até trinta dias após a sua edição.
- (4) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (5) Diversamente da situação em que se edita correção de lei que ainda não está em vigor, a correção de texto de lei vigente é considerada como sendo lei nova.

QUESTÃO 24

Em relação às normas constitucionais que regulam os orçamentos públicos, julgue os itens que se seguem.

- (1) A matéria veiculada na lei orçamentária anual restringe-se à previsão de receita e à fixação das despesas. Afora isso, a única matéria passível de ser veiculada nessa lei diz respeito à autorização para a abertura de créditos suplementares e à contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- (2) O orçamento da seguridade social é veiculado em lei própria, diversa daquela em que se veicula o orçamento da União, haja vista a natureza autárquica da entidade que gere esses recursos e a necessidade de se impedir que o Executivo Federal os desvie para despesas em outras áreas.
- (3) O orçamento das fundações públicas universitárias faz parte do Orçamento Geral da União.
- (4) A Constituição não admite a vinculação de receita de impostos a qualquer órgão ou a qualquer despesa, ressalvada, apenas, a destinação aos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (5) As leis que estabelecem os orçamentos anuais são de iniciativa privativa do Presidente da República. A par disso, na apresentação de emendas ao projeto do Executivo, é imprescindível que se indiquem os recursos necessários à nova despesa proposta – admitidos, apenas, os provenientes da anulação de outras despesas.

QUESTÃO 25

Em relação ao **ato administrativo**, julgue os itens seguintes.

- (1) O ato administrativo é auto-executável, ou seja, a administração goza da faculdade de decidir e executar, diretamente, a sua decisão, sem a intervenção do Judiciário – como na hipótese das multas decorrentes do exercício regular do poder de polícia.
- (2) Goza de presunção absoluta de legitimidade. Em decorrência, há a inversão do ônus da prova, de forma que naquele que busca o provimento judicial, a fim de desconstituir o ato que considera ilícito, repousa o ônus de provar o vício.
- (3) É coercível, ou seja, é obrigatório para seu destinatário, admitindo-se o emprego de força pública para o seu cumprimento, quando resistido pelo administrado.
- (4) Não pode, em qualquer hipótese, ser revogado pelo Judiciário.

- (5) O ato administrativo ilegal, que venha a ser anulado pelo Judiciário, pode ter produzido efeitos no mundo jurídico. Assim, por ocasião de sua desconstituição, deverão ser garantidos os direitos adquiridos.

QUESTÃO 26

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Desde seus primórdios, a instituição orçamentária foi cercada por uma série de regras, com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal tarefa, que é auxiliar o controle parlamentar sobre os executivos. No Brasil, a prática orçamentária, que é fundamentada nessas regras, também chamadas **princípios orçamentários**,

- (1) não respeita o princípio da unidade, dada a existência do orçamento fiscal, do orçamento das estatais e do orçamento da seguridade social.
- (2) respeita o princípio da universalidade, mesmo não havendo a exigência de inclusão das receitas e das despesas operacionais das empresas estatais.
- (3) não respeita o princípio do orçamento bruto, porquanto permite que algumas despesas sejam deduzidas de certas receitas.
- (4) respeita o princípio da anualidade, mesmo havendo a exigência de elaboração de planos plurianuais.
- (5) respeita o princípio da exclusividade, mesmo havendo a possibilidade de o orçamento conter autorizações para a abertura de créditos suplementares.

QUESTÃO 27

Em relação aos procedimentos no processo orçamentário, no nível federal, julgue os itens abaixo.

- (1) Cada um dos três poderes é responsável pela elaboração da proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso Nacional.
- (2) A lei das diretrizes orçamentárias deve ser elaborada em conjunto com a lei orçamentária anual, de forma a orientar a execução das despesas relativas ao exercício financeiro seguinte.
- (3) O projeto da lei orçamentária anual deve ser enviado ao Congresso Nacional até três meses antes do início do exercício financeiro seguinte.
- (4) O Presidente da República poderá encaminhar mensagem retificativa à proposta orçamentária, desde que não tenha sido iniciada a votação da parte cuja alteração esteja sendo proposta na Comissão Mista de Deputados e Senadores responsável pela redação final do projeto.
- (5) A discussão e a votação da proposta orçamentária acontecerão em sessão conjunta das duas casas do Congresso Nacional.

QUESTÃO 28

No que concerne à classificação da **receita pública**, julgue os itens a seguir.

- (1) As receitas correntes são as que não provêm da alienação de um bem de capital ou que não estejam, na lei, definidas como de capital.
- (2) Receitas públicas que estejam, por ato do poder público, vinculadas à realização de despesas correntes são consideradas receitas de capital.
- (3) As receitas de capital provêm da alienação de bens de capital, da obtenção de empréstimos e das amortizações de empréstimos concedidos.
- (4) As categorias econômicas das receitas públicas podem ser distribuídas por fontes e subfontes, podendo chegar a um maior detalhamento, dependendo das necessidades de informação do órgão arrecadador.
- (5) As receitas tributárias são uma das fontes das receitas correntes.

QUESTÃO 29

Estágios da receita pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e pelas repartições encarregados de executá-las. Em relação a esse tema, julgue os itens seguintes.

- (1) Os três estágios da receita pública são: previsão, lançamento, e arrecadação e recolhimento, nessa ordem.
- (2) Os estágios da receita pública devem ser percorridos tanto pelas receitas orçamentárias quanto pelas receitas extra-orçamentárias.
- (3) O estágio correspondente à previsão configura-se com a edição legal do orçamento.
- (4) Existem determinadas receitas tributárias, como o imposto sobre a renda de pessoas físicas, em que o estágio do lançamento não é percorrido.
- (5) A arrecadação é o ato que se relaciona com a entrega de valores, pelos agentes arrecadadores, ao Tesouro Público.

QUESTÃO 30

A respeito da classificação funcional-programática da despesa pública, julgue os itens abaixo.

- (1) Programas e subprogramas típicos são aqueles que se apresentam classificados dentro da função governamental que melhor caracteriza suas ações.
- (2) Programas exclusivos são aqueles que se caracterizam por ações que somente poderiam ser classificadas em uma única ação governamental.
- (3) Alguns projetos, quando de seu término, podem ensejar a criação de uma nova atividade no âmbito da administração orçamentária.
- (4) A discriminação ordenada da despesa pública, na classificação funcional-programática, visa conjugar as funções do governo com os programas e subprogramas a serem desenvolvidos.
- (5) Se houver necessidade, podem-se conjugar programas de diversas áreas com as funções que possibilitem a identificação dos seus objetivos, mesmo que essa não expresse a melhor caracterização de suas ações.

QUESTÃO 31

A despesa orçamentária deve ser processada em estágios. A respeito de tais estágios, julgue os itens a seguir.

- (1) A fixação é, em realidade, o primeiro estágio da despesa orçamentária, a qual é cumprida por ocasião da edição da Lei do Orçamento.
- (2) No empenho da despesa, fica criada, para o Estado, a obrigação de pagamento, independentemente de quaisquer condições.
- (3) É válido o empenho da despesa que exceder o limite dos créditos concedidos por meio de créditos especiais.
- (4) Sendo consequência da liquidação a emissão de ordem de pagamento, quando a autoridade competente determina que a despesa seja paga, a realização da despesa deve ser considerada como ocorrida com a sua liquidação e não com o seu pagamento.
- (5) O pagamento da despesa poderá ser efetuado antes de sua regular liquidação, em casos excepcionais, por meio da efetivação de adiantamentos.

QUESTÃO 32

A conta única do Tesouro Nacional foi implantada com a finalidade de acolher as disponibilidades financeiras da União, passíveis de movimentação pelas unidades gestoras da administração federal direta e indireta. No que diz respeito a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- (1) A conta única do Tesouro Nacional é mantida junto ao Banco do Brasil S.A., que é o agente financeiro do Tesouro.
- (2) A conta única do Tesouro Nacional é operacionalizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Banco Central do Brasil, a quem cabe apurar seus rendimentos.
- (3) A conta única do Tesouro Nacional funciona, em realidade, como um emaranhado de pequenas contas correntes junto ao Banco do Brasil S.A., as quais são, posteriormente, consolidadas para fins de controle, por parte do Ministério da Fazenda.
- (4) A movimentação dos recursos da conta única pode ser efetuada por meio de notas de empenho (NE), de ordens bancárias (OB) e de notas de liquidação (NL).
- (5) O DARF eletrônico será usado, obrigatoriamente, por todas as unidades gestoras que recolherem receitas federais sujeitas à transferência ao Tesouro Nacional.

QUESTÃO 33

No transcorrer de um exercício financeiro, pode ocorrer a necessidade de abertura de créditos adicionais para cobrir despesas não-computadas ou insuficientemente dotadas. Com base na legislação vigente, relativa a esse assunto, julgue os itens seguintes.

- (1) Créditos extraordinários são os destinados ao reforço de dotação orçamentária já constituída.
- (2) Os créditos especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, tais como as decorrentes de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (3) Os créditos adicionais suplementares são autorizados por lei e abertos por decreto, após a apresentação de exposição justificativa, dependendo da existência de recursos disponíveis.
- (4) A vigência dos créditos adicionais especiais e extraordinários pode ultrapassar o exercício financeiro em que foram autorizados.
- (5) No que se refere às despesas extra-orçamentárias, há a necessidade de adoção dos mesmos procedimentos relativos à administração dos créditos orçamentários.

QUESTÃO 34

Existem ocorrências especiais na execução da despesa pública, tais como os suprimentos de fundos e os restos a pagar. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- (1) O suprimento de fundos é a modalidade de realização de despesa por meio de adiantamento concedido a servidor, para posterior prestação de contas, quando o pagamento da despesa não for realizável mediante a utilização da rede bancária.
- (2) A entrega do numerário ao servidor, relativa a suprimento de fundos concedido, não será precedida do empenho respectivo, o que somente será efetuado quando da prestação de contas.
- (3) A legislação proíbe, expressamente, a concessão de suprimentos de fundos a servidor declarado em alcance e a responsável por dois suprimentos.
- (4) Os restos a pagar representam as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data do encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.
- (5) Toda despesa empenhada e liquidada é passível de inscrição em Restos a Pagar - Processados, enquanto que as despesas empenhadas, mas não-liquidadas, somente são passíveis de inscrição em Restos a Pagar - Não-Processados, se forem atendidas determinadas condições.

QUESTÃO 35

A propósito das modalidades de licitação, de acordo com a legislação vigente, julgue os itens abaixo.

- (1) Concorrência é a modalidade de licitação que se aplica nos casos de concessões de direito real de uso e de licitações internacionais, admitindo-se, nesse último caso, a tomada de preços e o convite, observados os limites de licitações e as exceções previstos na legislação em vigor.
- (2) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados, cadastrados ou não, devidamente qualificados técnica, econômica e financeiramente.
- (3) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de três.
- (4) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.
- (5) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a venda a quem oferecer o maior lance, que nunca poderá ser inferior ao valor da avaliação.

QUESTÃO 36

A licitação pode ser dispensada nos casos especificados em lei, tais como:

- (1) casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (2) contratações de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, excetuados os serviços de publicidade e de divulgação.
- (3) compras de materiais de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, para a manutenção da padronização requerida pela estrutura de apoio logístico.
- (4) contratações de fornecimentos efetuados pelos concessionários de serviços públicos de água, luz e telefone.
- (5) casos em que a União necessitar intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

QUESTÃO 37

De acordo com a legislação em vigor, é inexigível a licitação, quando

- (1) houver a inviabilidade de competição.
- (2) houver a inviabilidade de realização de processo licitatório.
- (3) for efetuada doação, com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado.
- (4) houver urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança, nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- (5) for o caso de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

QUESTÃO 38

O Tribunal de Contas da União

- (1) é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, apesar de fazer parte do Poder Judiciário.
- (2) exerce a função de controle externo da administração federal, conforme previsto na Constituição.
- (3) examina e emite parecer relativo às contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- (4) pode aplicar sanções aos responsáveis, inclusive multas.
- (5) pode fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

QUESTÃO 39

A respeito dos processos de tomada e de prestação de contas, julgue os itens abaixo.

- (1) Tomada de contas é o processo organizado pelo próprio agente responsável ou pelos órgãos de contabilidade analítica das entidades da administração indireta, referentes aos atos de gestão praticados pelos respectivos dirigentes.
- (2) A prestação de contas poderá ser anual, especial ou extraordinária.
- (3) A tomada de contas extraordinária será levantada quando ocorrer extinção, dissolução, transformação, fusão ou incorporação do órgão.
- (4) Tanto a tomada de contas anual quanto a prestação de contas anual deverão ser levantadas em 30 de junho do exercício financeiro seguinte.
- (5) A tomada de contas e a prestação de contas poderão ter como responsáveis aqueles que tenham como atribuições a admissão de pessoal e a concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

QUESTÃO 40

A respeito da aplicação de recursos públicos, julgue os itens a seguir.

- (1) No nível federal, o Sistema de Controle Interno deverá ficar a cargo de unidade administrativa vinculada ao Ministério da Fazenda, que manterá, de forma integrada, o sistema de controle interno dos três poderes.
- (2) O Sistema de Controle Interno deverá apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (3) O Sistema de Controle Interno deverá comprovar a legalidade e avaliar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.

- (4) O Sistema de Controle Interno deverá comprovar a legalidade e avaliar a eficácia e a eficiência da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
 - (5) O Sistema de Controle Interno terá seus trabalhos como base para as verificações e conclusões do Tribunal de Contas da União.
-